

# Subvenção incômoda após 40 anos

**CLAUDIA MOEMA**  
**Da Editoria de Política**

Seja qual for a posição assumida pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional a respeito das verbas de subvenções, os parlamentares, inevitavelmente, estarão em posição no mínimo, incômoda. O presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), alertou ontem para o fato de que, se o Congresso aceitar o corte dessas verbas deverá reconhecer que esteve errado até hoje "e dará uma medalha ao ministro do Planejamento por ter tido a bravura cívica de acabar com procedimento incorreto de 40 anos". Se, ao contrário, o Congresso restaurar as verbas, não incluídas no Orçamento da União enviado pelo Executivo, "passará por uma Casa legislando em causa própria".

Desde 1948, o Poder Executivo vinha destacando

em sua mensagem do Orçamento Anual, verbas a título de subvenções, distribuídas entre os parlamentares. Essas verbas são repassadas a instituições — como associações de mães, creches, sindicatos — ou a bolsas de estudos. Este ano, com a política de cortes da área econômica do Governo, as verbas não foram incluídas para o Orçamento de 1989 e agora, o Congresso decidirá sobre o destino das subvenções, muitas vezes encaradas como instrumento fisiológico em mãos do Legislativo.

"Há um defeito nas subvenções que é o de dar arbítrio ao parlamentar para fazer a distribuição de suas dotações", afirma Cid Carvalho, justificando que, eventualmente, ocorre uma concentração, por parte desses parlamentares, a uma determinada entidade de sua confiança e não "porque ela faz jus a quantia distribuída em ter-

mos sociais".

A questão começa a envolver polêmica e muitos parlamentares não estão dispostos a abrir mão de suas subvenções anuais — ano passado aprovou-se uma dotação de um milhão de cruzados para cada um deles e a previsão para o próximo ano é algo em torno de oito milhões de cruzados — como é o caso do deputado Amaral Netto (PDS-RJ) que já foi fazer seu lobby particular junto ao presidente da Comissão. Cid Carvalho já adotou uma postura: convocará a Comissão Mista para que se posicione politicamente sobre o assunto. A discussão sobre, se o Congresso irá ou não incluir as subvenções no Orçamento do próximo ano, deverá preceder a qualquer votação sobre a matéria. "Acho que esse problema deve ser definido, preliminarmente, e quero que a Comissão se pronuncie" finalizou.